

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/6/2017

Às 15h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Gustavo Santana, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Santana, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a prestação de serviço de transporte intermunicipal de passageiros entre os Municípios de Esmeraldas e Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maylla Virginia de Faria Soares, superintendente de Transporte Metropolitano do Estado de Minas Gerais; Anaelisa de Souza Braga, chefe da Gerência de Controle e Monitoramento do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG, representando o diretor-geral; Flávia Diniz Leroy, vereadora da Câmara Municipal de Esmeraldas; Mônica Siebler, assessora técnica do Consórcio Esmeralda-Neves, representando o gerente; Vânia Teixeira da Rocha, vereadora da Câmara Municipal de Esmeraldas; e os Srs. Célio Dantas de Brito, secretário adjunto de Estado de Transportes e Obras Públicas, representando o secretário; Bernardo Baudson Costa, secretário de Obras, Trânsito e Transporte de Esmeraldas, representando o prefeito; Marcelo Nonato Figueiredo, presidente da Câmara Municipal de Esmeraldas; Oswaldo Evangelista Pereira, Agnaldo Lourenço de Oliveira, Marcelo Palhares Vieira, Maurício Moreira Melo, Mauro Lúcio Bibiano, Raphael Avelar Figueiredo de Andrade, e Luis Flávio Malta Leroy, vereadores da Câmara Municipal de Esmeraldas; Luiz Carlos de Castro Pinto Coelho, representando o diretor da Viação Novo Retiro; Eduardo Flor, tesoureiro da Associação dos Moradores do Bairro São Pedro de Esmeraldas, representando o presidente e Matscelo Boaz Tarley, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Floresta Encantada. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2017.

Fábio Cherem, presidente – Anselmo José Domingos – Gustavo Santana – Sargento Rodrigues.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2017

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Missionário Márcio Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.856/2015 (Fábio Cherem), 491/2015 (João Magalhães), 3.118/2015 (redistribuição: Sargento Rodrigues), todos no 1º turno, e Projeto de Lei Complementar nº 3/2015, no 1º turno (Sargento Rodrigues). A presidência comunica que será solicitada a reiteração dos Requerimentos de Comissão nºs 6.894 a 6.897/2016. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.821/2015, na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado João Magalhães); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Resolução nºs 10, 33 e 41/2015, (relator: deputado Cabo Júlio); dos Projetos de Lei Complementar nºs 3/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, e 13/2015, na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Sargento Rodrigues); e dos Projetos de Lei nºs 491 e 3.559/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 947/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Magalhães), 1.051 e 2.077/2015, 1.067/2015 com a Emenda nº 1, 1.083/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cabo Júlio), 3.078/2015 com a Emenda nº 1, 3.862/2016 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 3.988/2017 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Sargento Rodrigues); e pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 27/2015, no 1º turno, registrando-se o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues. O Projeto de Lei nº 1.068/2015 é retirado da pauta por determinação do presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 932, 1.055, 1.061 e 1.063/2015, 3.276 e 3.730/2016, todos no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Cabo Júlio, em virtude de redistribuição, e João Magalhães. É convertido em diligência, a requerimento do relator, deputado Cabo Júlio, o Projeto de Lei nº 949/2015, no 1º turno, ao Secretário de Estado de Segurança Pública, ao Subsecretário de Administração Prisional e ao Comandante-Geral da Polícia Militar. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.931/2016 (relator deputado João Magalhães) e 4.079/2017 (relator deputado Cabo Júlio), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.136, 6.159, 6.166, 6.170 a 6.175, 6.179, 6.225 a 6.229, 6.260 a 6.263 e 6.313/2016, 6.316 a 6.342, 6.353 a 6.355, 7.520 e 7.588/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.679/2017. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.931/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fechamento de 11 companhias que compõem os batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais;

nº 8.932/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater os riscos que o equipamento *body scanner* pode causar à saúde dos profissionais que prestam serviços em unidades prisionais;

nº 8.933/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para que se faça um estudo acerca do equipamento *body scanner* instalado

nas Penitenciárias José Edson Cavaliere e Ariosvaldo de Campos Pires e no Hospital de Toxicômanos Padre Wilson, em Juiz de Fora, o qual pode causar risco aos profissionais que prestam serviço em tais unidades.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – João Magalhães – Missionário Márcio Santiago.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2017

Às 9h33min, comparece na Sala das Comissões o deputado Antônio Jorge, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a necessidade de notificação compulsória do doente de Parkinson, assim como a criação de um protocolo clínico de tratamento da doença e atualização da cesta de medicamentos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Rachel Brant Machado Rodrigues, neurologista; Fátima Valéria Rodrigues de Paula, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais; Regina Ribeiro, advogada especialista em Direito Médico e à Saúde; Janete de Melo Franco, presidente da Associação dos Parkinsonianos de Minas Gerais – Asparmig; Mariana Resende Batista, advogada especialista em Direito Público e Saúde; e os Srs. Homero Cláudio Rocha Souza Filho, superintendente de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado de Saúde; Francisco Eduardo Costa Cardoso, professor de Neurologia da Universidade Federal de Minas Gerais e diretor do Departamento dos Distúrbios do Movimento do Hospital das Clínicas; e Ravi Félix de Melo Gajo, neurologista da Santa Casa de Belo Horizonte. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, teces suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2017.

Geraldo Pimenta, presidente – Cristiano Silveira – Glaycon Franco.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 20/7/2017, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. César Cristiano de Lima, secretário adjunto de Planejamento, encaminhando a estimativa das receitas e o demonstrativo da receita corrente líquida para o exercício de 2018. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Herbert José Almeida Carneiro, presidente do Tribunal de Justiça, agradecendo convite para audiência pública nesta Casa, em 7/6/2017, informando sua impossibilidade de comparecimento e indicando seu representante no evento. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. José Rodrigues Pinheiro Dória, secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, comunicando a celebração do Convênio nº 840018/2016, entre essa secretaria e a Secretaria de Agricultura e a liberação do respectivo recurso. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 17/7/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Gilmar Lincoln dos Santos, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira;

nomeando Júlio Fontoura de Moura Junior, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças.